

**AO PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA –
CODEVASF**

Pregão Eletrônico nº 90.052/2024

Processo nº: 59500.002758/2022-16-e

**QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS
CORPORATIVOS E TECNOLOGIA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado
inscrita no CNPJ sob o nº 04.752.792/0001-01, já devidamente qualificada nos
autos do pregão supra, vem, a presença de Vossa Senhoria, fundamento no
item 5.3.6 do Edital, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão do i. Pregoeiro, que habilitou a recorrida **CONNECTCOM
TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ nº 00.308.141/0007-61, o que faz pelas razões de fato
e direito a seguir expostas:

A) DA TEMPESTIVIDADE

01. Conforme se observa no Compras.gov, o prazo limite para a interposição do recurso é em 18/11/2024 (segunda-feira). Assim, tempestivo o presente recurso.¹

B) DOS FATOS

02. Trata-se de certame na modalidade pregão eletrônico, que visa a Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

03. Em síntese, a proposta apresentada pela Recorrida é inexequível, pois deixa de atender a cota de PCD's estabelecida pelo edital, utilizam salários abaixo da referência mínima obrigatória, além disso, com base na documentação apresentada, a Recorrida não consegue praticar contratação de pessoa jurídica, e por fim, deixou de apresentar planilha com abertura em padrão analítico, conforme determinado pelo item 19.2.4 da Portaria 1070/2023.

04. Assim, mesmo com diversas falhas, a proposta da recorrida foi aceita e habilitada, o que, com o devido respeito, vai de encontro com a isonomia entre os licitantes e a vinculação às regras do edital.

05. Diante disso, a Recorrente, irressignada, interpõe o presente Recurso, com respaldo técnico e jurídico, a fim de observar a isonomia e as regras do edital, conforme fundamentação abaixo.

B) DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA

06. Inicialmente, Sr. Pregoeiro, a Recorrida deixou de observar as disposições editalícias, e por tal razão deve ser inabilitada. Além disso, pelo que se observar, com o devido respeito, houve flagrante favorecimento para a Recorrida, pois ela é a atual prestadora do serviço, e por tal razão, não houve o julgamento das propostas de formar a respeitar o edital e a isonomia entres os licitantes.

¹ <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra/item/1?compra=19500605900522024>

B.1) DA COTA DE PCD'S (ce 1762024)

07. Primeiro, conforme se observa nos esclarecimentos prestados na comunicação externa de nº 176/2024, há evidente contradição entre a habilitação da Recorrida, e as respostas prestadas pelo Pregoeiro aos esclarecimentos solicitados pelos licitantes, vejamos:

DESCRIÇÃO:

COM REFERÊNCIA AO **EDITAL Nº 90052/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO**: Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF, **APÓS CONSULTA A ÁREA TÉCNICA, INFORMAMOS:**

1. Entendemos que o cumprimento das obrigações estabelecidas no item G, que exige que os serviços sejam prestados por empresas que comprovem a observância das reservas de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como a adequação às regras de acessibilidade conforme o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, é essencial para a habilitação no presente certame.

R: Sim, está certo seu entendimento.

Além disso, conforme o item H, que trata da Cota de Aprendizagem nos termos do art. 429 da CLT, é fundamental que as empresas atendam a essas exigências para garantir não apenas a conformidade legal, mas também a promoção da inclusão e da responsabilidade social.

R: Sim, está certo seu entendimento.

Assim, consideramos que aquelas empresas que não atenderem a tais requisitos serão desclassificadas, comprometendo sua participação no processo licitatório. Poderiam, por gentileza, confirmar essa interpretação e a aplicação rigorosa desses critérios na fase de habilitação?

R: Sim, está certo seu entendimento.

08. Veja Sr. Pregoeiro, que claramente a Recorrida não apresenta proposta que atenda a cota PCD, e conforme dito nos esclarecimentos, a Recorrida deve ser desclassificada do certame, pois na análise da proposta apresentada, não há o preenchimento da cota inclusiva prevista no art. 93 da Lei 8.213/1991.

B.2) DA INEXEQUIBILIDADE DOS SALÁRIOS – PORTARIA SGD/ME Nº 6.432/21

09. Da mesma forma Sr. Pregoeiro, a proposta da Recorrida é inexecutável, pois apresenta salários inferiores aos da **Portaria SGD/ME nº 6.432 de 15 de junho de 2021**², pois conforme planilha de custos apresentada pela Recorrida, os salários de grande maioria dos cargos estão abaixo daqueles definidos da referida Portaria. E conforme se observa em resposta ao esclarecimento da comunicação externa 163/2024, "A portaria é referência e balizador deste processo licitatório e deverá ser seguida."

10. Os salários previstos na Portaria são obrigatórios e devem ser seguidos por todos os licitantes, não sendo uma liberalidade da Recorrida em propor valores a menor. Além disso, deve ser observada e respeitada a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, sendo que, caso os salários previstos na Portaria sejam menores do que os previstos na CCT, esta última deve ser aplicada, uma vez que a empresa não pode praticar salários inferiores a CCT.

11. Além disso, em complemento e observância aos preços definidos pela **Portaria SGD/ME nº 6.432 de 15 de junho de 2021**, a resposta aos esclarecimentos da comunicação externa 160/2024, entendeu que:

5 - Os valores apresentados na Tabela III do edital são apenas uma estimativa fornecida pela CODEVASF, cabendo ao licitante a definição dos salários, desde que respeitada a exequibilidade?

R: O entendimento está correto

11 - Poderia disponibilizar a planilha de composição de custos, no formato excel?

R: seguir o modelo da Portaria SGD/ME nº 6.432, de 15 de junho de 2021

12. É de fácil constatação que os custos apresentados pela Recorrida não atendem a exequibilidade, e conforme definido, deve ser

² <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/portaria-sgd-me-no-6-432-de-15-de-junho-de-2021>

observada a Portaria SGD/ME nº 6.432 de 15 de junho de 2021. Dessa forma, de rigor e inabilitação e consequente desclassificação da Recorrida.

13. Vale destacar que existem diversas contradições entre o que foi respondido pelo Sr. Pregoeiro nos esclarecimentos feitos aos licitantes, e a habilitação da Recorrida, que descumpriu diversos pontos do edital, e ainda assim foi habilitada. Tal fato, além de ir contra os princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, prejudica a isonomia do certame.

14. Além disso, a formação dos custos, conforme esclarecimento da comunicação externa 155/2024, deve observar o regime CLT, E pelo que se observa nas informações de abertura da Recorrida, esta adotou a contratação de colaboradores pessoas jurídicas – PJ's. Com o uso da Portaria SGD/ME nº 6.432 de 15 de junho de 2021, e o detalhamento, a Recorrida não consegue praticar a contratação de pessoas jurídicas.

15. Neste ponto, o edital é claro quanto as comprovações dos perfis profissionais, vejamos (fl. 78): "A comprovação da participação do funcionário na execução das atividades requer o registro em sua Carteira de Trabalho ou a apresentação de contrato(s) de trabalho formalmente executados pelo funcionário. Além disso, pode ser necessária a documentação adicional que ateste de forma clara e precisa a participação do funcionário nas atividades mencionadas.")

16. Dessa forma, conforme estabelecido na resposta ao questionamento de uma das licitantes, fica evidente a obrigatoriedade do regime CLT, não se admitindo a forma de contratação de pessoas jurídicas:

QUESTIONAMENTO 3: Entendemos que, serão automaticamente desclassificadas, as empresas licitantes, que em suas formações de preços, não evidenciarem que, aplicaram as remunerações mínimas definidas e admitidas, por

meio das **Convenções Coletivas de Trabalho – CCT** (atualizadas), da categoria profissional de TIC, referentes a cada um dos municípios, nos quais, os serviços deverão ser prestados.

Está correto nosso entendimento?

Do contrário, favor explicar detalhadamente.

Resposta: Sim, está correto o entendimento.

17. Além disso, a proposta também é inexecutável, pois a Recorrida não apresentou a planilha no padrão (analítico), definida na Portaria SGD/MGO nº 1.070/2023³, que deveria ser observada pelos licitantes, conforme resposta ao esclarecimento da comunicação externa 155/2024. Cita-se:

QUESTIONAMENTO 2: Não se identificou no Edital – CODEVASF, o “**Modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços**”. Contudo, entende-se que, a empresa declarada vencedora, deverá apresentar para cada um dos perfis profissionais, uma planilha no padrão (analítico), definido por meio da **Portaria SGD/MGI Nº 1.070/2023** (Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023 — Governo Digital (www.gov.br)), como segue:

Resposta: Sim, está correto o entendimento.

18. Dessa forma Senhor Pregoeiro, não diversos os motivos para a inabilitação e desclassificação da Recorrida, que descumpriu as regras do edital, apresentou preços inexecutáveis para a Administração, e deixou de apresentar informações essenciais para a formação dos preços. **Tal fato, ensejou na ausência de isonomia e de competitividade do certame.**

19. Por essas razões, deve ser provido o presente Recurso, a fim de inabilitar e desclassificar a Recorrida **CONNECTCOM TELEINFORMATICA**

³ <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/portaria-sgd-mgi-1070-de-1-de-junho-de-2023>

COMERCIO E SERVICOS LTDA, visando garantir a isonomia e a competitividade do certame.

C) PEDIDOS

20. Diante todo o exposto, requer:

- a)** o recebimento e o **PROVIMENTO** do presente Recurso Administrativo, a fim de que, no juízo de retratação, seja desclassificada a Recorrida;
- b)** No caso de manutenção da decisão Recorrida, requer o encaminhamento para autoridade superior, para nova apreciação, nos termos do item 5.3.8 do Edital.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília/DF, 18 de novembro de 2024.

Maria Luísa M. de Araújo

**QUALIFICAR – GESTÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS E
TECNOLOGIA EIRELI**